



1 **Reunião Ordinária** **Conselho Estadual dos Direitos da Mulher 10/04/2018 CEDM/PR**

2 Aos dez dias do mês de abril do ano de 2018, às 9h15min. em primeira convocação, na Sala de
3 Gestão do 7º andar, da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social- SEDS, à rua
4 Jacy Loureiro de Campos, s/nº, bairro Centro Cívico, em Curitiba-Paraná, estiveram reunidas as
5 componentes do **Conselho Estadual dos Direitos da Mulher- CEDM**, convocadas
6 especialmente para mais uma Reunião Ordinária, essa referente a abril/2018. Já com o quórum
7 regimental, a Secretária Executiva **Juliana Muller** saudou a todos, convidando as Conselheiras
8 para procederem a sua auto apresentação. **Presenças:** Maria Isabel Correa (UBM/PR), Maria
9 Marucha S. Vettorazzi (FETAEP), Lirani Maria Franco (APP – Sindicato), vice – presidente,
10 Carmen Regina Ribeiro (Rede Feminista de Saúde), Giana de Marco V. da Silva (Grupo
11 Dignidade), Ivanete Paulino Xavier (Suplente- Rede de Mulheres Negras/PR), Tânia Cristina de
12 Castro Ribeiro (Central Integrada de Apoio Familiar), Marceli de Camargo (suplente - Central
13 Integrada de Apoio Familiar), Eliane Rosa Maio (UEM), presidente - Ana Claudia Machado
14 (SEDS), Priscila Pacheco do Santos (SEEC), Jussara Fátima Ribeiro (SEAB), Clemilda Santiago
15 Neto (SEED), Silvia Cristina Xavier (SEJU- Direitos Humanos), Carolina Bolfe Poliquesi (SESA),
16 Jaqueline Borges Monteiro (Casa Civil) e Márcia Rejane Vieira Marcondes (SESP).
17 Colaboradora: Dra. Danielle M. Vieira (Assessoria Jurídica/SEDS). Totalizando: 17 conselheiras.
18 **Item 1: - Apreciação e aprovação da pauta:** Inclusão: Reunião Ampliada do CEDM. **Aprovada.**
19 **Item 2:- Apreciação da ata referente Reunião Ordinária do mês de Março: Aprovada.** Após as
20 suas boas vindas, a **Conselheira Presidente, Ana Claudia Machado (SEDS)** informou sobre o
21 planejamento de ser realizada uma reunião descentralizada, possivelmente em Foz do Iguaçu
22 no mês de Junho de 2018, onde maiores detalhes sobre a programação serão definidos nas
23 próximas reuniões. **Item 3: Informes da Secretaria Executiva-** Juliana Muller repassou as
24 Conselheiras alguns passos para regularização do cartão corporativo com maior celeridade,
25 principalmente no que se refere às senhas a serem obtidas junto ao Banco do Brasil. Efetuou
26 também a leitura da substituição de algumas Conselheiras, comunicadas através de ofícios.
27 **Justificativas de Ausências:** Lívia Diniz e Marinês Bernardini / FAMOPAR, Rosalina Batista
28 ASSEMPA – em processo de substituição, Luci Soares/ SETI – será substituída, Josiane F. De
29 Liz e Anacélie Azevedo- CUT. **Ofícios Recebidos:** 26/02/2018 e 06/04/2018 – Ofício s/n –
30 ASSEMPA - Solicita substituição da conselheira Rosalina Batista pela Sra. Maria Elvira de
31 Araújo (processo em trâmite, foi solicitado o envio do documento original). **Item 4: - Reunião**
32 **Casa da Mulher Brasileira:** A fim de prestar informações sobre o funcionamento da casa que
33 abriga vários serviços, estiveram presentes as seguintes convidadas: **Sandra Prado**
34 (Coordenadora Geral), **Terezinha B. P. Ramos** (Assessoria de Direitos Humanos da Prefeitura
35 Municipal de Curitiba), **Célia Regina Machado** (Gerente da Casa da Mulher Brasileira), **Bianca**
36 **Ardjomand** (Assistente Social) e **Patrícia Stratmann** (Coordenadora Estadual). De início, a vice
37 presidente, **Carmen R. Ribeiro** (Rede Feminista de Saúde), deixou claro, que a intenção do
38 Conselho é justamente acompanhar o andamento da Casa da Mulher Brasileira, dando apoio e
39 subsídios as dificuldades. Assim, Carminha perguntou, como está o andamento da implantação
40 dos serviços, dos equipamentos e a quantidade dos atendimentos. A **Coordenadora Sandra**
41 **Prado** esclareceu que esse espaço hoje é capitaneado por Terezinha Ramos e um passo efetivo
42 foi prorrogar o convênio por mais tempo. Relatou, que do ano de 2016 até a presente data foram
43 prestados **12 mil atendimentos** (inclusive a Região Metropolitana) com todos os serviços em
44 pleno funcionamento (Maria da Penha, setor psicossocial, menos a Delegacia da Mulher), sendo
45 que a ação mais forte é a parte do acolhimento e orientações. **Atendimento- Ano de 2016-**
46 **3.400. Ano de 2017- 12 mil- Ano de 2018- 2.889.** O processo de divulgação deverá ser
47 crescente, uma vez que muitas pessoas desconhecem os serviços lá prestados. Sobre o
48 funcionamento da Delegacia da Mulher na Casa, **Terezinha B. Ramos** informou, que ocorreu
49 uma reunião muito profícua em conjunto com a Dra. Márcia e com a Dra. Maritza, onde se



50 definiu pela readequação das divisões internas, sem a necessidade da alteração da estrutura
51 inicial. Procedimento este, aprovado pelas instâncias de gestão da casa. Assim, após a
52 providência do Layout e a solicitação das alterações internas pelo CODEM, ficaria pendente
53 somente os trâmites documentais. A conselheira Dra. **Márcia Rejane Vieira Marcondes** (SESP)
54 esclareceu, que no final de março foi formalizado a solicitação das alterações internas, onde a
55 Divisão de Infraestrutura da CODEM viabilizará a mudança. A conselheira **Maria Isabel Correia**
56 **(UBM/PR)**, concordou que os serviços devem lá estar centralizados, evitando assim que as
57 mulheres vitimizadas tenham que repetir suas tristes histórias em diversos lugares. Diante do
58 elevadíssimo nível de violência existente, questionou qual seria o prazo para que tudo estivesse
59 de acordo e se os atendimentos estão tendo efetividade. **Sandra Prado** respondeu, que a
60 efetividade é mostrada nos 12 mil atendimentos, citando um preocupação evidente, que é a falta
61 de recursos humanos (assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais). Informou também,
62 sobre a existência de um projeto de empregabilidade, que visa a promoção da qualificação das
63 mulheres. Ação esta, prevista para ser concluída em Julho, citando a importância do
64 fortalecimento da rede externa de enfrentamento a violência, onde na Casa são estabelecidas
65 prioridades de atendimento, mas ninguém sai sem reposta e sem encaminhamento. Sobre o
66 funcionamento da Delegacia na Casa, **Terezinha B. Ramos** esclareceu, que não pode
67 estabelecer um determinado prazo, pois essa demanda é da SESP, reforçando, a importância da
68 rede de atendimento. A **conselheira Márcia Rejane V. Marcondes (SESP)** ressaltou, que não
69 tem a informação da previsão da data, mas a autorização necessária, segundo ela, já foi
70 realizada, e dessa vez as coisas caminharão com rapidez. A **Conselheira Lirani Maria Franco**
71 **(APP- Sindicato)** questionou se existe um diagnóstico do quadro, do qual constem a idade,
72 escolaridade, cor, rendimento e outros dados importantes. A **Assistente Social Bianca**
73 **Ardjomand**, esclareceu, sobre os detalhes existentes nas fichas a serem preenchidas, na
74 entrada das mulheres: a de recepção, a psicossocial e ainda a de notificação. Durante o
75 acolhimento, faz-se a escuta e planeja-se o trabalho em grupo; como essas mulheres se veem
76 na sociedade como vítimas. De acordo com **Terezinha B. Ramos**, estão sendo providenciadas
77 as alterações necessárias nessas fichas (etnia destinada às índias, campo para agressões a
78 animais domésticos e idosos). Em seguida, a conselheira **Carmen R. Ribeiro (Rede Feminista**
79 **de Saúde)**, perguntou sobre a realização do trabalho com os agressores e o atendimento as
80 Mulheres da Região Metropolitana. **Terezinha B. Ramos** colocou, que sempre foi defensora que
81 o atendimento fosse estendido também para a região metropolitana, situação esta, que está
82 sendo analisada e definida pelo **prefeito Rafael Greca** (através de um termo de cooperação/
83 protocolo de intenções) que fará uma provocação aos demais prefeitos em uma reunião conjunta
84 já agendada. **Sandra Prado** também comentou, o grande número de haitianas e originárias da
85 República do Congo, que receberam atendimento. Sobre o atendimento aos agressores,
86 Terezinha informou, que essa ação ainda não foi pensada, mas sabe-se da importância.
87 Continuando, a Conselheira **Clemilda Santiago Neto (SEED)**, parabenizou a equipe da Casa da
88 Mulher Brasileira, sugerindo ainda acrescentar nas fichas o item próprio para mulher negra e a
89 quilombola. Complementando, a conselheira, **Ivanete Paulino Xavier (Rede Mulheres Negras-**
90 **Suplência)** perguntou a sobre a existência da estatística sobre a violência contra a mulher
91 evangélica, onde a Sandra Prado enfatizou, que as mesmas até chegam na Casa, porém não
92 formalizam a denúncia para não prejudicar o agressor. Finalizando a reunião, a presidente Ana
93 Cláudia Machado (SEDS) agradeceu a presença da equipe da Casa da Mulher Brasileira,
94 sugerindo a realização de uma reunião ordinária do CEDM nesse espaço. **Encaminhamento:**
95 Apresentação sobre as boas práticas, referente ao enfreamento da violência obstétrica pela
96 conselheira Carolina (SESA), na próxima reunião. **Item 5: - Pauta Permanente: Plano Estadual**
97 **de Políticas para Mulheres:** A presidente, Ana Cláudia Machado (SEDS), informou sobre a
98 proposta de apresentação do instrumento de acompanhamento das ações do plano, onde as



99 Secretarias de estado seriam divididas em três blocos e a cada mês, as Conselheira
100 representantes dessas pastas fariam o seu relatório. Uma Comissão Temporária acompanharia
101 esse monitoramento, bem como todas as Conselheiras. **Mês de maio:** SEDS- SEAB e Cultura.
102 **Junho:** SESA e SEJU- **Julho:** SEED e SESP. Várias sugestões apareceram, onde a vice
103 presidente Carmen Regina Ribeiro sugeriu que as apresentações fossem realizadas na plenária,
104 sem a criação de uma nova comissão, uma vez que já existe a pauta permanente deste assunto.
105 **Aprovado** o instrumento de acompanhamento e a proposta de ação das apresentações.
106 **•Palavra das Conselheiras •Conselheira Maria Marucha Vettorazzi (FETAEP)-** Foi
107 repassada a informação que no youtube estará disponível um vídeo sobre violência, intitulado
108 **“Mulheres invisíveis”** documentário. **•Dia 4** em Sapopema- **XV Encontro das Mulheres**
109 **Rurais-** pré-lançamento da Marcha das Margaridas para 2019. No momento seguinte, a
110 **Conselheira Maria Isabel (UBM)** trouxe a informação de um projeto que tramita na Assembleia
111 Legislativa referente ao dia da conscientização contra o aborto. Devido há várias questões que
112 ainda precisam ser analisadas e discutidas, a conselheira sugeriu o envio de uma nota a ALEP,
113 manifestando a preocupação desse colegiado. A conselheira **Sílvia Xavier (SEJU- Direitos**
114 **Humanos)** comentou que geralmente essas questões tramitam por várias Comissões e a da
115 Mulher, na ALEP é coordenada pela **Deputada Mara Lima**, que preside a Comissão da Mulher
116 naquela Casa de Leis. Sugeriu que se encaminhe esse documento a ela, não deixando de lado
117 que existe uma Lei para a questão do aborto. O Conselho poderia avaliar o projeto em si. Na
118 sequência, a representante do **Grupo Dignidade, Conselheira Giana de Marco Vianna da**
119 **Silva** comentou. que esse projeto já passou por várias comissões. Não é dever do estado
120 colocar-se em situações subjetivas, pois a forma de se evitar abortos clandestinos é outra. O
121 que se precisa solicitar enquanto Conselho, é pleitear algum tipo de suspensão temporária, para
122 que o CEDM possa se manifestar. A **Conselheira Carolina (SESA)**, clareou dizendo, que nos
123 casos de aborto previsto em Lei, não se pode condicionar a realização a qualquer parecer
124 judicial. A criminalização não diminui a mortalidade e o aborto ilegal é uma das principais causas.
125 Já se tem uma legislação robusta. Opinou a **Conselheira Lirani Franco**, afirmando que não é
126 possível deixar passar um projeto de Lei, sem ter um mínimo debate com o Conselho. Que tipo
127 de divulgação ocorreu? Segundo o Ministério da Saúde, mais de 4 mil bebês nasceram frutos de
128 estupros, 50 mil meninas de 10 a 19 anos foram vítimas. Estipular um dia para a realização de
129 debate público e audiências coma sociedade. O Conselho não deve aceitar, e ter sim um
130 manifesto para retirar essa votação desta tarde. O Grupo definiu pela participação das
131 **Conselheiras Giana, Carmen e Maria Isabel**, na elaboração do manifesto. Na sequência,
132 encontrava-se no plenário a Professora **Eliane Rose de Maio**, psicóloga da Universidade de
133 Maringá. Informou da existência de um curso sobre violência sexual contra crianças e
134 adolescentes. Muitas discussões ocorrem também abordando ideologia de gênero. Após, o
135 término da elaboração da nota definiu-se que a mesma será assinada pela Presidente **Ana**
136 **Claudia e Vice Carmen Ribeiro**, em nome de todo o Colegiado. Em nome do CEDM, as
137 Conselheiras **Carmen e Maria Isabel** irão até a Assembleia Legislativa, sendo portadoras de
138 documento. Encerramento. A presente ata foi redigida pela servidora Regina Amasiles Rodrigues
139 Costa (SEDS), digitada por Evelin Soares, sendo a Secretária Executiva Juliana Muller. O
140 documento após a aprovação, será publicado no DIOE e disponibilizado no site. ANEXO:
141 **SOLICITAÇÃO DE RETIRADA DE PAUTA:** - O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do
142 PR – CEDM/PR, reunido ordinariamente no dia 10 de Abril de 2018, no período matutino, votou
143 em plenária por unanimidade, pela solicitação da retirada de pauta do Projeto de Lei nº 303 de
144 03 de Julho de 2017, proposto pelo Deputado Estadual Cobra Repórter, que institui o dia 15 de
145 Maio como o Dia Estadual de Conscientização Contra o Aborto. CONSIDERANDO que está
146 pautada a segunda votação do referido projeto em plenária pela Assembleia Legislativa do
147 Paraná – ALEP nesta tarde (dia 10/04/2018); CONSIDERANDO o conteúdo conflituoso do



148 referido projeto; CONSIDERANDO a necessidade de debate amplo acerca dos direitos sexuais e
149 reprodutivos ainda em construção pela sociedade civil; CONSIDERANDO a legislação atual
150 acerca do aborto legal, a qual prevê intervenção mínima do Estado nas decisões subjetivas da
151 mulher; CONSIDERANDO a legitimidade deste Conselho, para participação ativa na construção
152 das políticas de garantia de direitos das mulheres. Este colegiado, portanto, vem pleitear a
153 retirada de pauta a votação do referido projeto e consequente suspensão por um período
154 razoável que possibilite a ampla discussão pela sociedade e a fundamentada manifestação
155 deste Conselho acerca do projeto em votação.